

FUNDADORES

Prefeito ALIM PEDRO

Procurador-Geral GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

DIRETOR-RESPONSÁVEL

Procurador-Geral LINO NEIVA DE SA PEREIRA

DIRETOR-EXECUTIVO

Procurador JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA

REDATORES

Professor EBERT VIANNA CHAMOUN

Procurador GENOLINO AMADO

Procurador LETACIO JANSEN JÚNIOR

Procurador SÉRGIO FERRAZ

CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE

MARIA DA SILVEIRA LOBO

SECRETÁRIA

MARIA IGNEZ DOS SANTOS

REDAÇÃO

Avenida Erasmo Braga, 118 — 7.º andar — sala 5

Edifício Estácio de Sá — Rio de Janeiro — Guanabara

SUMÁRIO

DOCTRINA	PÁGS.
O Poder Judiciário na Constituição de 1967 — M. SEABRA FAGUNDES	1
Aspectos legais relacionados com a poluição do ar — HELY LOPES MEIRELLES	17
Da natureza processual do mandado de segurança — ARNOLDO WALD	28
A luta antitruste nos Estados Unidos da América do Norte — PAULO GERMANO DE MAGALHÃES	41
Das inissões liminares na posse dos bens expropriados e seu aspecto constitucional — PAULO B. DE ARAUJO LIMA	58
Ensaio para uma teoria dos institutos de correção — DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO	81
Ninguém pode fazer justiça por si mesmo: o princípio e seus limites no Direito Administrativo brasileiro — SÉRGIO DE ANDRÉA FERREIRA	97
A autarquia: alguns aspectos jurídicos — ARION SAYÃO ROMITA	139
Questões prejudiciais e coisa julgada — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	158
PODER JUDICIÁRIO	
I — SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
— A cessão de imóvel é ato privativo do Poder Executivo. Ao Legislativo compete editar normas gerais para a sua realização. Declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 817, de 4-8-1965, do Estado da Guanabara — <i>Comentário</i> — LUIZ ORLANDO RODRIGUES CARDOSO	269
II — TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA GUANABARA	
— A expedição do alvará de licença em favor do Instituto implicaria em lhe dar os instrumentos de divulgação de princípios vedados em nossa Constituição (Tribunal Pleno) — <i>Comentário</i> — ARNOLDO WALD	278
— Executivo fiscal por sonegação do imposto de vendas e consignações. Regularidade da penhora em bens pertencentes a um dos diretores da sociedade anônima, face à solidariedade decorrente do art. 122 do Decreto-lei n.º 2.627 (1.ª Câmara Cível) — <i>Comentário</i> — HUGO MAURÍCIO SIGELMANN	285
— Reintegração de posse. Confirmação da sentença fundada no bom senso administrativo (8.ª Câmara Cível) — <i>Comentário</i> — CELSO SOARES CARNEIRO	291

PARECERES

Direito de construir. Código de Obras.

	PÁGS.
Área de recuo. Cessão gratuita. Alteração do P. A. Restituição ao ex-proprietário — LUIZ ORLANDO RODRIGUES CARDOSO	300
Edifício em condomínio. Construção no terraço. Ilegalidade — ROBERTO PINTO FERNANDES	306
Prédio tombado pelo Patrimônio Histórico. Obras não autorizadas. Ilegalidade — FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA	310
Tombamento. Competência do Estado. Licença de obra em vigor — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	319

Problemas tributários.

Emolumentos de obra. Guia emitida mas não paga. Aprovação do projeto cancelada. Exigibilidade do crédito fiscal — LUIZ CARLOS GUIMARÃES CASTRO	329
Imposto de licença para construção de prédio comercial. Inocorrência de imunidade tributária. Conceito de "instituição" — HUGO MAURÍCIO SIGELMANN	336
Multas administrativas. Inaplicabilidade das normas referentes ao procedimento fiscal — HUGO MAURÍCIO SIGELMANN	340
Sêlo — taxa de ingresso no Estádio Mário Filho. Conversão para o novo padrão monetário. Natureza tarifária — MARCUS MORAES	342
Tributação de minerais. Competência exclusiva da União — ALEXANDRE BARBOSA DA FONSECA JÚNIOR	348

Questões de pessoal.

Aposentadoria regularmente decretada. Impossibilidade de revogação ou anulação — PETRONIO DE CASTRO SOUZA	350
Delegados de Polícia. Vacância de cargos de investidura federal. Provisamento por promoção — FRANCISCO MAURO DIAS	352
Despachantes. Constitucionalidade da Lei n.º 2, de 1960. Exclusividade da representação: limites — ROBERTO PARAISO ROCHA	368
Gratificação de Natal. Demissão espontânea do empregado antes de 15 de dezembro — NEWTON BARROCA	382
IASEG. Contribuinte casada com servidor autárquico. Assistência a filho inválido — ANTONIO CARLOS CAVALCANTI MAIA	405
Inquérito administrativo. Competência da Comissão e da autoridade julgadora quanto à penalidade. Autonomia da instância disciplinar — JOSÉ JULIO CAVALCANTE DE CARVALHO	407
Remoção de servidores. Competência. Procedimento — GENOLINO AMADO	422
Tempo de serviço. Assistente de cátedra de Faculdade oficial. Exercício das funções em entidade privada — PEDRO PAULO CRISTÓFARO	424

Bens públicos.

Área do domínio estadual. Investidura. Cessão de uso — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	428
Ilha de propriedade privada em lagoa do domínio estadual. Aumento da área por atêrro — NYVON CAMPOS	433

Diversos.

Autarquias e sociedades de economia mista. Seguro no Banco Nacional de Habitação. Inocorrência de monopólio — HÉLIO CAMPISTA GOMES	438
--	-----

Autarquias estaduais. Assistência em Juízo pela Procuradoria-Geral — DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO	440
Certidão. Direito à comunicação dos despachos e informações — FLÁVIO BAUER NOVELLI	443
Comércio interno. Regulamentação. Competência estadual — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	446
Concessão de energia elétrica. Regime misto: contratual e regulamentar. Incorporação das extensões e rês, nos limites legais, ao patrimônio do concessionário — RAYMUNDO FAORO	449
Danos causados por viaturas oficiais. Seguro pago. Posição do segurador em face da Administração — SÉRGIO FERRAZ	452
Poder de polícia. Competições automobilísticas — FLÁVIO BAUER NOVELLI	455
Nascente particular usada para abastecimento público. Restrições inerentes ao regime florestal. Serviços públicos de água: transferência ao antigo Distrito Federal — SABINO LAMEGO DE CAMARGO	460
Sociedade anônima. Atos de liberalidade praticados pelos Diretores. Nulidade — SÉRGIO FERRAZ	466
Sociedade de economia mista. Doação de imóveis — JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA	469 e 473
Teatro Municipal. Nomeação do Diretor. Inaplicabilidade da Lei n.º 3.857 — ROBERTO PINTO FERNANDES	476
Veto rejeitado. Publicação do dispositivo no <i>Diário da Assembléia Legislativa</i> — ALEXANDRE BARBOSA DA FONSECA JÚNIOR	480

ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL

Conselho Administrativo de Defesa Econômica — Pareceres da Procuradoria-Geral	483
Pôrto livre do Rio de Janeiro — Ofício do Procurador JOSIO DE SALLES ao Governador do Estado da Guanabara	511
Livros: HELY LOPES MEIRELLES, <i>Direito Administrativo Brasileiro</i> , 2.ª edição — PONTES DE MIRANDA, <i>Tratado de Direito Privado</i> , Parte Especial, tomos LI e LII — ORLANDO GOMES, <i>Contratos</i> , 2.ª edição — CAIO MARIO DA SILVA PEREIRA, <i>Condomínio e Incorporações</i> — MESSIAS JUNQUEIRA, <i>As terras públicas no Estatuto da Terra</i> — SÍLVIO RODRIGUES, <i>Direito Civil</i> , vol. VII (<i>Direito das Sucessões</i>)	531